

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Recebido em: 26/11/2019

Avaliado em: 30/12/2019

Aprovado em: 22/1/2020

EDUCAÇÃO SILENCIOSA: O OLHAR DA INSTITUIÇÃO SUPERIOR PARA O ALUNO AUTISTA

Fabiano da Silva Gama¹ e Iolanda Bezerra dos Santos Brandão²

Resumo: A concentração do trabalho está na forma como a instituição de ensino superior trata o aluno autista, dentro de sua característica de atendimento especial. Este artigo busca pesquisar a prática de inclusão do aluno, visando fornecer elementos que o manterão inseridos no curso, assim como elencar elementos na literatura sobre o processo de inclusão versus a realidade no cenário brasileiro.

Palavras-chave: Inclusão. Autismo. Ensino superior.

Abstract: The concentration of the work is in the way the higher education institution treats the autistic student, within its special care characteristic. This article seeks to research the practice of student inclusion, aiming to provide elements that will keep them inserted in the course, as well as to list elements in the literature about the process of inclusion versus reality in the Brazilian scenario.

Keywords: Inclusion. Autism. Higher education.

Introdução

A instituição de ensino superior (IES) torna-se para o estudante o início de uma nova fase na vida. É o momento em que o indivíduo começa a direcionar suas escolhas, assim estudando e vivenciando situações que o formarão ou darão base à vida profissional.

Todavia se faz necessário pensar qual é o olhar que as IES têm para o calouro, o novo ingressando. Se o universo físico e o acadêmico das instituições possuem condições de educar levando em conta as diferenças e/ou necessidade individuais de cada estudante, isso possibilita um ambiente com condições de aprendizado.

¹ Especialista em Gestão e Docência do Ensino Superior.

² Doutora em Psicologia e docente do Centro Universitário Unieuro.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Por não está no escopo do trabalho, as condições de acessibilidade e adequações físicas nas instituições não serão contempladas. O olhar será voltado ao campo pedagógico, no que diz respeito à capacitação e ao treinamento do corpo docente quanto à recepção de estudantes com necessidades que podem passar despercebidos. Qual é a metodologia de ensino utilizada pela IES no processo de inclusão do aluno autista no que se refere à inclusão ou, até mesmo, a permanência no espaço acadêmico?

O periódico BBC³ publicou, em janeiro de 2019, uma matéria intitulada: “Autismo: o jovem com transtorno que desafiou diagnósticos e se formou em medicina”. Na reportagem, relata-se a história de um aluno autista de 19 anos de idade recém-formado que, desde sua infância, teve acompanhamento de fonoaudiólogo e psicólogo (para auxiliá-lo no processo da fala e no desenvolvimento intelectual), por ter sido equivocadamente diagnosticado com psicose infantil. A universidade somente tomou conhecimento da condição do quadro no segundo ano, quando a mãe do aluno procurou a instituição e apresentou os laudos. A partir de então, a instituição passou a dar uma atenção especial ao aluno.

Dessa forma, para introduzir este trabalho, que tem como foco o olhar para o aluno autista e/ou portador da síndrome de Asperger, que são dois dos principais Transtornos do Espectro Autista (TEA), buscou-se relatar o significado e as consequências do distúrbio, pois os portadores podem passar despercebidos devido à grande adaptação funcional, durante a infância e a juventude, pois, por meio de treinamento comunicacional e terapia comportamental, o indivíduo no espectro autista consegue conviver melhor em sociedade.

Este artigo é organizado em quatro seções, introdução. Na segunda parte, há breve conceituação sobre o TEA. Em seguida, a partir de revisão de literatura, aborda-se o tema com foco na realidade praticada pelas instituições de ensino superior com os alunos objeto deste estudo. Nessa ordem, serão apresentados a metodologia, o desenvolvimento (revisão da literatura) e as considerações finais.

3 LEMOS, Vinícius. Autismo: o jovem com transtorno que desafiou diagnósticos e se formou em medicina. *BBC*, Cuiabá, 21 jan. 2019. Disponível em: <www.bbc.com/portuguese/brasil-46943822>. Acesso em: 14 maio 2019.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Metodologia

O presente artigo identifica-se como uma revisão da literatura do tipo narrativa com abordagem exploratório-descritiva. Para a seleção das bibliografias, realizou-se o levantamento de dados nas bases on-line, a saber: Cochrane, Google Acadêmico, Lilacs, Medline, Scielo e Pub. Med. Foram incluídas as fontes correspondentes aos anos de 2012 a 2018, primeiramente, adotou-se uma estratégia de busca eletrônica em que foram pesquisados os termos Educação Especial; Inclusão Educacional e pessoas com Autismo; Autismo e Educação; Propensión Educación; e Personas com Discapacidad.

A busca resultou em 48 arquivos científicos, dos quais, após o processo de seleção, restringiu-se a 13 artigos, vencidas as etapas constituídas que assim foram: 1) identificação dos artigos; 2) análise dos títulos; 3) análise dos resumos; e 4) leitura integral do artigo considerando os critérios de inclusão em exclusão.

No desenvolvimento da leitura e do fichamento dos textos selecionados, percebeu-se uma ausência de informações voltada exatamente à vida adulta do autista, por isso decidiu-se realizar uma nova busca contemplando o termo autismo na vida adulta. A nova busca trouxe mais 11 artigos dos quais quatro artigos são utilizados para basear e situar o aluno objeto do presente trabalho proposto.

Para fins ilustrativos e comparativos, foram trabalhadas as informações sobre o acesso ao ensino superior oriundos da tabela de dados consolidada e intitulada Sinopse Estatística da Educação Superior fornecido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

A partir dos dados colhidos, busca-se uma acareação do ambiente acadêmico que abriga o aluno TEA como forma de comprovação prática do que é relatado no estudo feito para o tema.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

ARTIGO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO	ANO
Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente	Educação inclusiva. Apoio psicopedagógico. Ensino superior.	Trata-se de duas experiências acompanhadas no município de São Paulo, onde é descrita a atuação de um núcleo de apoio ao discente e docente por meio de programa que objetiva o acolhimento e apoio aos estudantes com deficiência, dificuldades de aprendizagem entre outros.	2018
Necessidades especiais no ensino superior: inclusão ou exclusão?	Constituição Federal de 1988. Direito à educação. Ensino superior. Pessoa com necessidades especiais.	O artigo aborda a respeito do direito constitucional, do acesso à educação, que é negligenciada por instituições superiores que fornecem e pelo Estado que não impõe políticas públicas voltadas aos portadores de necessidades especiais.	2013
Inclusão no ensino superior: percepções de professores em uma universidade portuguesa	Inclusão escolar. Necessidades educativas especiais. Atitudes dos professores. Ensino superior.	Trata-se de uma análise sobre a percepção de dez docentes em uma universidade portuguesa. Os dados levantados retratam a necessidade de aplicação de recursos tecnológicos e humano em prol do processo de inclusão.	2013
Percepções sobre a inclusão do adulto com transtorno do espectro autista na Universidade Estadual do Maranhão	Inclusão escolar, adultos com transtorno do espectro autista, ensino superior.	Um estudo de caso que, a partir de coleta de dados na Universidade Estadual do Maranhão, especifica o cotidiano da vida acadêmica e o processo de inclusão na universidade.	2017

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

A inclusão de pessoas com necessidades especiais no ensino superior	Educação especial. Educação superior. Inclusão educacional. Pessoas com deficiência.	Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre a educação inclusiva no ensino superior, em artigos acadêmicos do período de 2005 e 2014.	2016
Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva	Preconceito. Educação inclusiva. Teoria crítica.	O artigo busca discutir as raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e as implicações no processo de ensino promovido pela educação inclusiva.	2016

Fonte: elaborado pelo autor.

ARTIGO	PALAVRAS-CHAVE	RESUMO	ANO
Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo	Educação inclusiva. Instituições de ensino superior. Medidas de atitude.	Trata-se de uma investigação sobre a percepção dos docentes acerca do processo de inclusão de alunos com deficiência aplicada na Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp).	2018
As retóricas contemporâneas e a significação da educação inclusiva	Inclusão escolar. Retóricas contemporâneas. Alteridade.	Trata-se de uma investigação de uma tendência de educação inclusiva que atua como forma de exclusão escolar e social.	2011
Concordâncias/discordâncias acerca do processo inclusivo no ensino superior: um estudo exploratório	Ensino superior. Inclusão. Concordância docente.	O presente estudo tenta reunir ações pedagógicas e institucionais que fortalecem e garantem o acesso de alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e	2014

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

		superdotação nas instituições de ensino.	
Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais	Ensino superior. Educação especial. Indicadores educacionais.	Trata-se de uma pesquisa, caracterizada como descritivo-analítica, com base documental, cujas fontes de dados foram resumos técnicos e planilhas do Censo da Educação Superior no período de 2000 a 2011 e documentos do Programa Incluir.	2015
La orientación educativa en las prácticas inclusivas de la educación superior cubana	Orientação educativa. Educação inclusiva. Ensino superior.	Trata-se de estudo sobre a inclusão na educação superior em Cuba e, conseqüentemente, um estudo de caso com o objetivo de descrever as práticas de orientação educativa aos alunos com deficiências.	2018
Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento	Autismo. Comportamento infantil. Desenvolvimento.	Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre o autismo e os aspectos neurobiológicos.	2004
Uma breve introdução sobre autismo	Autismo. Etiologia. Características. Intervenções.	Revisão bibliográfica sobre o autismo, suas características e intervenções por meio de diversos métodos, como ABA, Teacch e PEC.	2017
Autismo: una mirada desde la psiquiatria de adultos	Autismo, diagnóstico, prognóstico, neurobiologia, psicofarmacologia.	O Transtorno do Espectro Autista, o desenvolvimento e as características clínicas da infância à vida adulta por uma abordagem neurobiológica e psicofarmacológica.	2005

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

La Invisibilidad del Autismo en la vida adulta	TEA en Adultos, Calidad de vida en TEA, Modelo social de la discapacidad.	A expectativa do autismo nas fases de desenvolvimento da inteligência do homem. Forma pela qual a sociedade o recebe como um ser social.	s/d
Síndrome de Asperger em paciente adulto: um estudo de caso	Transtornos invasivos do desenvolvimento. Terapia cognitivo-comportamental. Síndrome de Asperger.	Estudo de caso de paciente adulto e desenvolvimento cognitivo e comportamental.	2007

Fonte: elaborado pelo autor.

Revisão de Literatura

O Autismo

Nos últimos anos, percebeu-se um aumento no diagnóstico de autismo na sociedade, tanto em crianças, quanto em adultos classificados no transtorno. A partir desse fato, deduz-se que algo tem influenciado a recente geração de pessoas ou possivelmente que o autismo sempre existiu na mesma proporção, porém, nunca foi dada a devida importância. No entanto, essas indagações não serão objeto de estudo deste trabalho, o que leva especialmente conhecer sobre o autismo.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA), segundo Griesi-Oliveira e Sertié (2017), é um distúrbio complexo que compromete o sistema neurológico ainda na fase da infância, que prejudica o desenvolvimento de habilidades sociais e de comunicações.

Para Zanon et al. (2014), é uma condição humana que pode ser identificada em tenra idade, cujas limitações comprometem o desenvolvimento socioeducacional do indivíduo, podendo ocorrer em diferentes graus de intensidade que auxiliam ou distanciam o diagnóstico.

Como mecanismo de defesa, acredita-se que pode ocorrer um comportamento de negação dos pais ou responsáveis diante da indicação do autismo, em seus filhos, ainda quando crianças, que ignoram o atípico comportamento que interfere no desenvolvimento.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Ainda conforme relato de Favoretto e Lamônica (2014), o TEA pode ser caracterizado “por déficits persistentes na comunicação social e nas interações sociais, padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses e atividades” (FAVORETTO; LAMÔNICA, 2014, p. 103).

Assim, percebe-se que o comportamento do autista é algo visível, passível de ser observado. Contudo torna-se interessante ressaltar que, por vezes, a inexperiência de “pais de primeira viagem” pode, possivelmente, contribuir com a demora em assumir que algo está acontecendo.

A síndrome é marcada por padrões comportamentais aponta Gadia et al. (1991 apud RAPIN I, 2004), composto por déficits qualitativos no convívio social e na comunicação, graus variados de comportamento repetitivos e estereotipados.

Nos estudos apresentados de Souza e Barbosa (2017), o transtorno pode ser superado ou minimizado com a aplicação das devidas intervenções clínicas precoces, entre os primeiros anos de vida, dos 12 a 24 meses de vida.

Acredita-se que o preconceito aja intensamente na cabeça dos pais ou responsáveis nas crianças com TEA, fator que pode ocasionar um retardo no início da terapia. No decorrer do estudo, vislumbram-se entendimentos claros de que a terapia pode minimizar bastante os padrões comportamentais do autista que tanto dificultam o relacionamento em sociedade.

Santos e Vieira (2017) relatam que o transtorno é marcado pelo déficit na comunicação e na linguagem; esses fatos dificultam e comprometem a socialização e a vivência em sociedade.

A ausência total ou a fala comprometida torna-se fator de exclusão do indivíduo com TEA para a sociedade, que pode ser acentuado pela não compreensão dos símbolos presente na fala.

O autista apresenta características bem peculiares, de acordo com Borges e Shinohara (2007), como a incapacidade de interpretar metáforas, dificuldades com gestos e expressões corporais.

O homem no TEA está presente na sociedade há algum tempo, ou desde sempre, pois somente atenção dada para crianças que apresentavam as características do espectro autista foram registradas. Assim, tal apontamento foi o que levou à classificação e ao surgimento do distúrbio.

Assim, Gadia et al. (1992 apud RUTTER M, 2004) descreve que o psiquiatra Johann Hans Friedrich Karl, em 1944, relatou casos de quatro crianças com inteligência normal, porém com características de dificuldade de comunicação social. Dessa forma, observando o

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

desenvolvimento da inteligência na criança, nota-se uma lacuna que ocasiona e gera dúvidas sobre a existência ou não de algum transtorno.

Atualmente, conforme o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais V, houve uma fusão do transtorno autista, do transtorno de Asperger e do transtorno global do desenvolvimento no transtorno do espectro autista, visando melhorar o diagnóstico em prol do tratamento dos prejuízos causados pela síndrome.

Nesta breve revisão sobre o TEA, perceber-se que é possível conviver com uma pessoa portadora da síndrome e não perceber ou dar importância aos sintomas do transtorno. Mesmo diante de comportamentos repetidos ou estereotipados, pois, afinal, na época que se vive, o que é ser considerado normal?

Agora, iremos discutir a respeito da questão da problematização sobre a recepção do aluno autista no ambiente acadêmico com foco no ensino superior das instituições públicas e privadas.

A Educação Superior

Desde a Declaração de Salamanca na Espanha, de 1994, que trata sobre os princípios, as políticas e as práticas na área das necessidades educativas especiais, o Brasil, timidamente, tem caminhado com a criação de políticas governamentais que atuem no movimento de inclusão no ensino superior de portadores de deficiências e/ou necessidades especiais.

A inclusão na educação superior tem sido impulsionada com a publicação da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a Portaria do Ministério da Educação nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que estabelece diretrizes e parâmetros para as instituições de ensino superior quanto aos requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, e ainda a Lei nº 13.146, de julho de 2015, que trata a inclusão de pessoa com deficiência.

A partir do ponto de vista de Martins et al. (2015), o cenário brasileiro tem-se adequado no âmbito mundial, no quesito políticas públicas em promover o acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior, fato que é, até mesmo, observado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que reconhece o aumento de investimento na área de educação.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Assim, o ensino superior, em especial o fornecido pelo Estado, conforme Poker et al. (2018), possui características, como o incentivo legal para o desenvolvimento de um espaço democrático, que se fundamentam na educação inclusiva. Porém a implementação desse cenário ocorre a passos lentos, ainda de forma precária.

Como foi destacado por Tomellin et al. (2018), mesmo com o incentivo do governo federal para políticas de apoio ao corpo discente e docente, as instituições apresentam realidades variadas, havendo uma necessidade de buscar estratégias para a inclusão que ultrapasse o campo teórico.

Apesar dos incentivos normativos, para Poker et al. (2018), é preciso formular um estado democrático de acesso, visando garantir qualidade do ensino superior para todos os alunos, inclusive aos que necessitam de atenção junto o processo de ensino aprendizagem.

Corroborando com as ideias acima, vê-se, em Pereira, Santos e Silva (2011), que a prática docente para os alunos com necessidades especiais no ensino superior tende a exigir um incentivo, uma política pública que promova a formação de sujeitos, assim valorizando a diversidade no ambiente acadêmico.

As ações voltadas à inclusão no ensino superior ainda não são suficientes, como visto em Oliveira et al. (2016), pois é evidenciado que o tema da educação inclusiva é mais estudado em relação ao meio infantil e, ainda quando o foco é para o adulto, percebe-se somente assuntos relacionados às ações em assistência em saúde ao invés de educação inclusiva no ensino superior.

Tomellin et al. (2018) relata uma experiência em duas instituições universitárias na cidade de São Paulo, chamada Atenção Especial. O trabalho voltado para a educação inclusiva no ensino superior traz uma amostragem de atendimento de 193 estudantes com diferentes necessidades especiais e tem como um dos objetivos compreender o estudante em sua necessidade, a fim possibilitar uma intervenção e acompanhamento voltado ao seu aprendizado. De acordo com a argumentação dos autores, além do ingresso do estudante com deficiência no ensino superior, é necessário prezar pelo aproveitamento pleno desse aluno. Dessa forma, é essencial que a IES adapte seu espaço físico e também o seu corpo docente para evitar comportamentos, como a evasão e/ou a exclusão.

Dessa forma, percebe-se a existência de uma necessidade de estabelecer um ambiente circular, em que os incentivos e resultados do processo de aprendizado sejam fomentadores ao crescimento e desenvolvimento educacional e social do aluno.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Espera-se que a IES forneça um treinamento constante para a equipe de docente voltada ao aluno autista, assim, os docentes poderão perceber e receber as diferenças individuais em ambientes de aprendizado. Em meio conflituoso, o professor deve ser possuidor de competências para compreender as dificuldades enfrentadas pelo aluno, auxiliando-o a superar os desafios diários.

Para Favoretto e Lamônica (2014), é primordial que o professor seja constantemente treinado e capacitado, que esteja à frente das necessidades de aprendizado, especialmente considerando que a transmissão de conhecimentos acadêmicos se inicia a partir dele. Porém, no âmbito acadêmico, não é algo que ocorre adequadamente, pois, segundo Tomellin KN et al. (2018), a instituição de ensino superior, para alcançar uma metodologia inclusiva deve estar mais próxima dos alunos a serem incluídos, e esta aproximação promoverá o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a construção e a socialização do conhecimento.

Em reflexão ao pensamento de Costa e Santos Júnior (2013), é importante destacar que a inclusão social e educacional de alunos com necessidades especiais depende da oportunidade ativa ofertada pelas instituições de ensino em todo o âmbito acadêmico.

A experiência portuguesa, observada em Antunes et al. (2013), mostra que o próprio processo de inclusão resulta do direito básico do aluno à educação independentemente de seus direitos legais e sociais. Assim, adicionam-se ao conceito de inclusão os princípios de igualdade de oportunidades e ensino diferenciados – requisitos que atuarão como limitador ao processo discriminatório.

Destacar-se que, ao tratar a respeito do aluno autista, se parte da premissa de que barreiras cognitivas foram superadas durante a infância e a adolescência, como a alfabetização e a aquisição de conhecimento que o levaram ao acesso ao ensino superior.

A IES deve oferecer um ambiente em que o aluno se sinta acolhido, porém, conforme visto em Loginow (s/d, p. 5), mesmo em países desenvolvidos europeus, não são destinados recursos e atenção adequada aos autistas. Logo, o ensino superior fica muito difícil para adultos com essas características.

Isso é muito preocupante, pois, na fase adulta, a vida do autista começa a tornar-se um foco específico para ele mesmo. Sem uma atividade direcionada, como na educação infantil e no ensino médio, abrem-se “brechas” para possíveis períodos depressivos, agravando mais o quadro do autismo. Faltam políticas públicas para o autista adulto e isso irá agravar cada vez mais, pois a quantidade de autista aumentou muito nos últimos anos. O início da vida adulta requer

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

independência de qualquer pessoa, para o TEA, o peso da fase pode ser maior, pois, neste momento, ele se vê sozinho e unicamente responsável por suas próprias escolhas.

A saúde mental do jovem autista tende a estar sempre em estado de alerta, pois, segundo Irarrázaval (2005), apesar de existir de crianças a idosos com autismo, o período de conscientização de suas limitações pode acarretar um quadro de depressão.

Conforme salienta Borges e Shinohara (2007), o autista motivado pela vergonha ou medo da repressão da família e amigos constantemente busca o isolamento e acaba escondendo as ideias e o quadro depressivo.

Por essa e outras razões voltadas à assistência humana, a IES deve olhar e acolher este público, sempre possibilitando o seu bem-estar, preservando e oferecendo incentivos para continuar o percurso acadêmico.

O adulto autista propagado por Irarrázaval (2005), em sua maioria, necessita, além de atendimento profissional, ser protegido e auxiliado por pessoas mais próximas. Assim, a autora vende a ideia sob a eterna dependência e, ainda, complementa que poucos são os que conseguem ter uma vida independente.

Para Gadia et al. (2004), a interação social tende a melhorar na fase adulta, porém ainda é perceptível o isolamento e a dificuldade de relacionamento em grupo, o que prejudica o aprendizado em sala de aula.

É interessante destacar a escolha acadêmica dos alunos TEA, voltados para áreas que exigem trabalho individual, assim fugindo das relações interpessoais, percebe-se que a tendência é direcionamento do próprio espectro autista Segundo Golan e Baron-Cohen (2006 apud BORGES; SHINOHARA, 2007), concentra em áreas mais previsíveis, em que comandos podem ser repetitivos, como o uso de tecnologia.

A orientação educacional para Serrano e Ochoa (2018), segundo experiências constatadas, atua como uma ajuda pedagógica para o aluno com deficiência, em torno da inclusão da heterogeneidade no cenário acadêmico no ensino superior.

O sucesso do acompanhamento pedagógico pode ser avaliado e evidenciado por vários fatores que medem o grau de socialização em grupo, ou com a própria conclusão do curso superior pelo aluno autista.

Como é observado em Oliva (2016), é necessário encarar todo o aluno como um indivíduo, afastando o foco da deficiência, assim sendo, busca-se combater a criação de estigma e estereótipo que acentuam o surgimento do preconceito. De acordo com a autora, o preconceito é

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

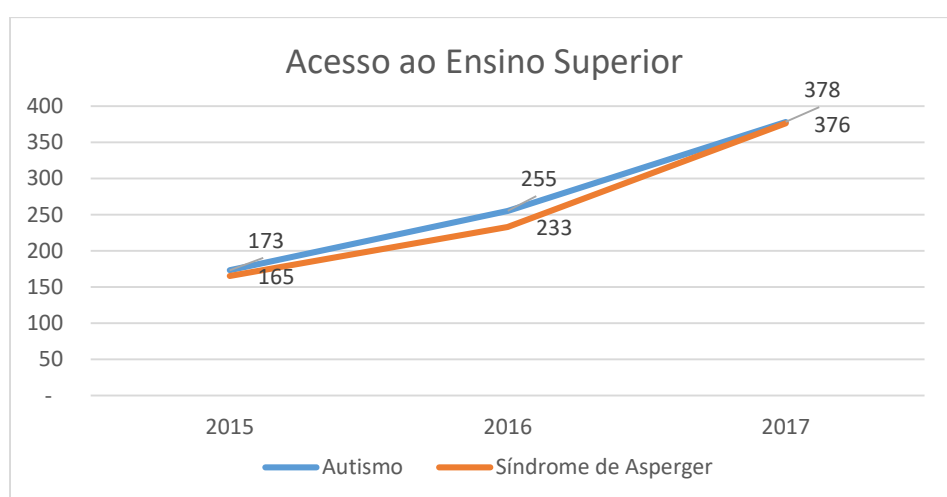
cultural, e o profissional consciente sente-se corresponsável quando ocorre sob sua tutela de comportamentos, como o fracasso, a evasão e a exclusão escolar.

Reforçando a ideia de Oliva, observa-se, em Benevides (2011), que, para o enquadramento de um estereótipo, basta ser considerado como outra cultura, raça e sexo. Tem-se como exemplo a utilização do termo “especial” na aplicação do ensino, que logo se entende como deficiente, porém isto não implica nenhuma carência que prejudique o aprendizado ou que seja resultado de deficiência mental.

Benevides (2011) nos traz o conceito de violência quando promovido o autorregime da verdade, processo pelo qual pode incluir ou excluir alguém dentro de processo de educação inclusiva – a realidade pode prejudicar o levantamento de dados reais para o estudo ou, até mesmo, para proposição de uma política voltada ao público com TEA.

Conforme Antunes et al. (2013), o levantamento real da quantidade de alunos com alguma deficiência que entram na universidade é prejudicado devido ao receio ou à fuga de serem estigmatizados e sofrerem algum tipo de preconceito.

Os dados divulgados na Sinopse Estatística da Educação Superior pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), no triênio de 2015 a 2017, retratam um crescente comportamento de aumento no acesso de pessoas com TEA ao ensino superior, classificados pela tabela de coleta do instituto como autismo e Síndrome de Asperger, como se vê no gráfico a seguir.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações retiradas no Inep.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

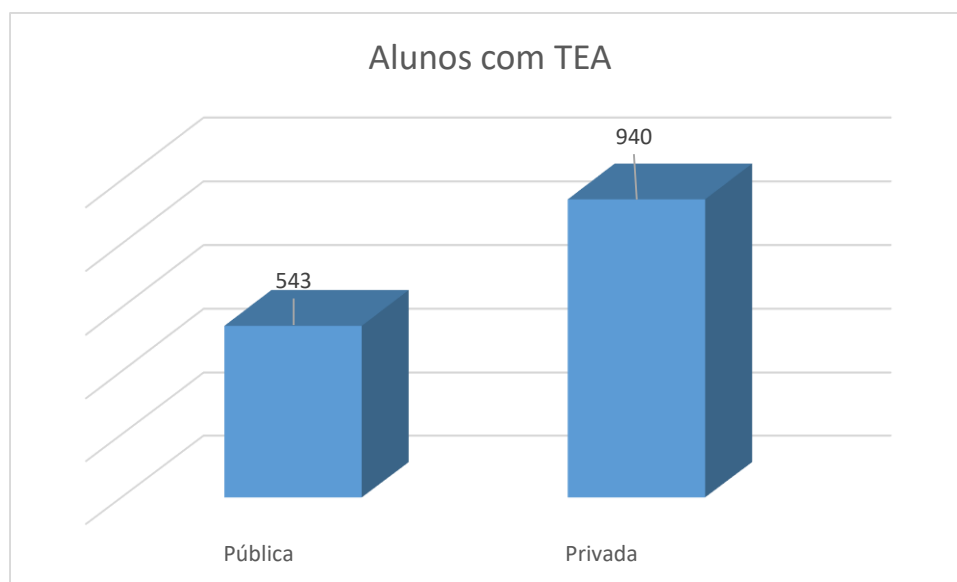
ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Em 2015, 2016 e 2017, foram registradas, no ensino superior, 806 matrículas de alunos autistas e 774 matrículas de alunos com Síndrome de Asperger, mantendo respectivamente uma média de aumento anual em 48% e 67%, conforme dados trabalhados do Inep.

Martins et al. (2015) nos trazem, na educação especial, um dado que relata uma crescente ascensão de instituições privadas, porém financiada pelos cofres públicos, promovendo, do ensino público ao ensino privado, uma transferência de responsabilidade pela oferta de acesso ao público em questão.

Conforme relatado, a maior proporção de aluno com TEA está na rede privada de ensino superior, conforme mostra o gráfico elaborado a partir de alunos matriculados no ano de 2017, a seguir.



Fonte: elaborado pelo autor a partir das informações retiradas no Inep.

As instituições privadas, de acordo com os dados levantados do Inep, foram responsáveis por 63% de alunos com TEA, enquanto a rede pública de ensino superior captou os 37% restante do público-alvo.

Duramente relatam Costa e Santos Júnior (2013) que a maior parte das IES aceita estudantes com necessidades especiais por obrigação legal, e não oferece condições pedagógicas para manter esse aluno confortavelmente na instituição.

Perceber-se que o ensino privado possui uma enorme responsabilidade para acolher o aluno autista, pois o comportamento de retenção do público-alvo eleva o compromisso da inclusão com a sociedade.

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

Considerações Finais

O portador do autismo, independentemente de ser um distúrbio, não deve ser recebido na sociedade como um estranho, pois, mesmo classificado como distúrbio ou deficiência, o homem tem de compreender que todos somos iguais, e cada um possui o seu papel de importância no mundo.

As instituições de ensino superior, mesmo que silenciosamente, têm que oferecer ao aluno autista condições favoráveis de acesso e permanência, não se tratando de facilidades e, sim, de um ambiente gerido por diversas condições e oportunidades voltadas ao crescimento educacional.

Reconhece-se que o autista, até o ensino superior, percorreu uma longa trajetória formada de terapias e intervenções de ensino-aprendizagem, e o ensino superior torna-se mais uma etapa a ser conquistada.

A crescente participação da instituição privada no Ensino Superior impulsionou o acesso do público marginalizado, inclusive dos alunos portadores de necessidades especiais, fato constatado com o ingresso de estudantes em instituições públicas e privadas. Porém, apesar de crescente, o número de alunos com TEA nas instituições de educação superior brasileiras, sejam elas públicas ou privadas, ainda é bastante baixo.

Os autistas que conseguem chegar ao ensino superior depararam-se com um ambiente hostil, por vez perverso, pois essas instituições não fornecem uma preparação voltada à receptividade do público TEA.

De fato, no país, existe uma política de inclusão para a educação de todos, que se incluiu o autista, mas é necessário criar uma legislação específica, voltada ao aluno com déficit de atenção e/ou aluno autista, para que somente assim as instituições de ensino superior comecem a se adequar quanto à necessidade de universalizar o ensino e o deixar disponível ao alcance de todos.

Referências

ANTUNES, A. P.; FARIA, C. P.; RODRIGUES, S. E.; ALMEIDA, L. S. Inclusão no ensino

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

superior: percepções de professores em uma universidade portuguesa. *Psicologia em Pesquisa*, UFJF, 7(2), p. 140-150, jul./dez. 2013.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-V- Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n.º 3,284, de 7 de novembro de 2003. Brasília: Ministério da Educação; 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2019.

BORGES, Manuela; SHINOHARA, Helene. Síndrome de Asperger em paciente adulto: Um estudo de caso. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, v. 3, n. 1, p. 41-48, 2007.

COSTA, Estrela; SANTOS JÚNIOR, Clodoaldo Moreira dos. Necessidades Especiais no Ensino Superior: inclusão ou exclusão? *Revista Fragmentos de Cultura – Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas*, v. 23, n. 2, p. 185-194, 2013.

SILVA MARQUES, Lúgia da ; GOMES, Cláudia. Concordâncias/Discordâncias acerca do processo inclusivo no ensino superior: um estudo exploratório. *Revista Educação Especial*, v. 27, n. 49, p. 313-326, 2014.

FAVORETTO, Natalia Caroline; LAMÔNICA, Dionísia Aparecida Cusin. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, n. 1, p. 103-116, 2014.

GADIA, Carlos A.; TUCHMAN, Roberto; ROTTA, Newra T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, v. 80, n. 2, p. 83-94, 2004.

GRIESI-OLIVEIRA, Karina; SERTIÉ, Andréa Laurato. Transtornos do espectro autista: um guia atualizado para aconselhamento genético. *Einstein (São Paulo)*, v. 15, n. 2, p. 233-238, 2017.

IRARRÁZAVAL, O. et al. Autismo: una mirada desde la psiquiatría de adultos. *Revista chilena de*

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

neuro-psiquiatria, v. 43, n. 1, p. 51-60, 2005.

LEMOS, Vinicius. BBC. Autismo: o jovem com transtorno que desafiou diagnósticos e se formou em medicina. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46943822>>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MARTINS, Diléia Aparecida; LEITE, Lúcia Pereira; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Políticas públicas para acesso de pessoas com deficiência ao ensino superior brasileiro: uma análise de indicadores educacionais. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 23, n. 89, p. 984-1014, 2015.

OLIVA, Diana Villac. Raízes sociais e psicodinâmicas do preconceito e suas implicações na educação inclusiva. Psicologia Escolar e Educacional, v. 20, n. 2, p. 349-356, 2016.

OLIVEIRA, R. Q.; OLIVEIRA, S. M. B.; OLIVEIRA, N. A.; TREZZA, M. C. S. F.; RAMOS, I. B.; FREITAS, D. A. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. Revista Brasileira de Educação Especial, 22(2), 299-314, 2018.

UNESCO. Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. 1994. Salamanca: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2019.

LOGINOW, Svetlana. La invisibilidad del Autismo en la Vida Adulta. Disponível em: <https://www.academia.edu/36178192/La_Invisibilidad_del_Autismo_en_la_vida_adulta?email_work_card=view-paper>. Acesso em: 10 mar. 2019.

PEREIRA, Francilene Jane Rodrigues; SANTOS, Sérgio Ribeiro dos; SILVA, Cesar Cavalcanti da. Política de formação inclusiva: percepção de gestores sobre processo de mudanças em instituições de ensino superior. Revista Brasileira de Enfermagem, v. 64, n. 4, p. 711-716, 2011.

POKER, Rosimar Bortolini; VALENTIM, Fernanda Oscar Dourado; GARLA, Isadora Almeida. Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do

Artigo original

Hegemonia – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro

ISSN: 1809-1261

UNIEURO, Brasília, número 30 (Especial), 2020, pp. 90-108.

estado de São Paulo. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. spe, p. 127-134, 2018.

SERRANO, Elsie Alejandrina Pérez; OCHOA, Elsa María Hernández. La orientación educativa en las prácticas inclusivas de la educación superior cubana. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 22, n. spe, p. 77-85, 2018.

BENEVIDES, Pablo Severiano. As retóricas contemporâneas e a significação da Educação Inclusiva. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, 2011.

SOUZA, Julyana, Christine Cunha; BARBOSA, Priscila de Sousa. Percepções sobre a inclusão do adulto com transtorno do espectro autista na Universidade Estadual do Maranhão. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – III CONEDU. 2017 []. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA7_ID1828_14082016215136.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2019.

SANTOS, Regina Kelly; VIEIRA, Antônia Maira Emelly Cabral da Silva. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do Reconhecimento à Inclusão no Âmbito Educacional. *Universidade em Movimento: Educação, Diversidade e Práticas Inclusivas*, v. 3, n. 1 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7413>>. Acesso em: 14 mar. 2019.

TOMELIN, Karina Nones et al. Educação inclusiva no ensino superior: desafios e experiências de um núcleo de apoio discente e docente. *Revista Psicopedagogia*, v. 35, n. 106, p. 94-103, 2018.

VARELA, Beatriz; MACHADO, Pedro Guilherme Basso. Uma Breve Introdução Sobre Autismo. *Educação e Humanidades*, v. 1, n. 11, p. 25-39, 2017.

ZANON, Regina Basso; BACKES, Bárbara; BOSA, Cleonice Alves. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 30, n. 1, p. 25-33, 2014.